



Memórias conflituosas no Oeste estadunidense

Conflicting memories in American West

Lucas Henrique dos Reis

Mestrando em História

Universidade Federal de Uberlândia – Brasil

lucas_henrique_reis@hotmail.com

Recebido em: 15/04/2017

Aprovado em: 24/05/2017

RESUMO: Este artigo pretende analisar o Oeste estadunidense a partir de monumentos e discursos construídos sobre essa região e examinar a tensão que existe entre as narrativas sobre o passado, forjadas em vários espaços. Esse artigo mostrará as disputas em torno da memória nacional dos Estados Unidos e como memórias periféricas podem entrar em conflito com a Memória Oficial, que se pretende unívoca e globalizante.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos, Oeste estadunidense, Memória coletiva.

ABSTRACT: This article intends to analyze the American West based on monuments and discourses built upon this region and examine the tension existing between narratives about the past. This article will demonstrate fights around the national memory in the United States and how peripheral memories can conflict with the Official Memory.

KEYWORDS: United States of America, American West, Collective Memory

A Guerra pelas Black Hills

Em 1874, uma expedição de mais de mil soldados da Sétima Cavalaria marchou em direção às Black Hills, uma região montanhosa do atual estado da Dakota do Sul, nos Estados Unidos, comandada pelo famoso general George Armstrong Custer. O objetivo da expedição era fazer um reconhecimento das montanhas para confirmar a existência de ouro naquele local. Entretanto, essa expedição enviada pelo governo estadunidense descumpria um tratado de 1868 que garantia aos povos indígenas da região, os sioux, a posse daquelas montanhas.

Desrespeitado o acordo, o general Custer confirmou que as montanhas estavam cheias de ouro. Depois da confirmação, grupos de mineiros brancos começaram a invadir as Black Hills, ou Paha Sapa, no idioma lakota, dos sioux. Nuvem Vermelha, um líder idoso dos sioux oglala – uma tribo relegada a uma reserva indígena depois de uma guerra na década de 1860 –, preferiu confiar nas cláusulas do tratado e esperar que o governo dos Estados Unidos enviasse o exército para expulsar os mineiros. Guerreiros mais jovens da tribo ficaram insatisfeitos com a diplomacia de



Nuvem Vermelha, rumaram para o norte saindo da reserva, e trocaram a liderança do chefe pacífico pela de Touro Sentado e Cavalo Doido, “que não viviam em reserva nem pegavam o que os brancos ofereciam”¹.

Esse episódio da história do Oeste estadunidense é narrado por Dee Brown em *Enterrem meu coração na curva do rio*, um livro publicado originalmente nos Estados Unidos, em 1970. Brown diz na introdução do seu livro que a voz do índio, vítima do processo colonizador dos homens do Leste, quase sempre foi silenciada pela voz do homem branco. O objetivo de seu livro, então, é “armar uma narrativa da conquista do Oeste Americano segundo suas vítimas, usando suas palavras sempre que possível”². Para isso, esse autor lança mão de vários tipos de documentos que registraram a voz dos sioux, dos cheyennes, dos comanches, dos apaches, dos navajos: ele se utiliza de registros de conselhos de tratados, de relatos escritos por índios publicados em jornais e panfletos, além de entrevistas com alguns indígenas feitas no final do século XIX por repórteres interessados nas histórias dos guerreiros e chefes do Oeste.

É a partir desses documentos que Dee Brown consegue contar os eventos da guerra pela posse das Black Hills: ações que, segundo o autor, “causariam a maior derrota jamais sofrida pelo Exército dos Estados Unidos em suas guerras contra índios e, em última consequência, acabariam para sempre a liberdade dos índios das planícies do norte”³.

Depois da comprovação da existência de ouro na região das Black Hills, o território começou a ser invadido por mineiros brancos, como dito anteriormente. Frustrando as expectativas de Nuvem Vermelha, o governo dos Estados Unidos não fez esforços para expulsar os mineiros. Pelo contrário, enviou uma comissão para tratar sobre a cessão das Black Hills. A reunião da comissão com os chefes indígenas, que aconteceu em 20 de setembro de 1875, foi tensa e a compra das montanhas, proposta inicial dos representantes do governo, parecia algo inviável. Touro Sentado e Cavalo Doido, dois chefes não submetidos aos brancos, eram lideranças importantes contra as propostas do governo. Vendo, então, que os índios não venderiam aquelas terras, a comissão – formada por um senador, um reverendo, um general e um agente comercial – decidiu oferecer um acordo pela exploração mineral das Black Hills. Os chefes indígenas, por sua vez, não queriam vender nem alugar as montanhas.

¹ BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1980, p. 201.

² _____. *Enterrem meu coração na curva do rio*, p. 14.

³ _____. *Enterrem meu coração na curva do rio*, p. 206.



Com o fracasso da comissão, várias decisões foram tomadas no Congresso, em Washington. Uma delas era fazer uma ameaça para garantir que a posse das Black Hills fosse cedida ao governo dos Estados Unidos. Outra decisão foi tentar submeter os “índios hostis” ao limite das reservas.

Essas decisões trouxeram prejuízos para os dois lados. Vários ataques foram organizados contra as tribos “rebeldes”. A maior batalha aconteceu no dia 25 de julho de 1876, conhecida como a Batalha de Little Bighorn, alguns quilômetros das Black Hills, quando uma divisão comandada pelo general Custer tentou atacar de surpresa uma aldeia indígena, mas foi surpreendida por guerreiros preparados. No fim, os índios, liderados por Touro Sentado e Cavalo Doido, venceram os rifles do exército e o general Custer foi morto em combate.

Segundo Brown, quando “os brancos do Leste souberam da derrota de Cabelo Comprido [como era conhecido o general Custer], chamaram-na de massacre e ficaram loucos de ódio”⁴. Assim, fizeram ameaças ainda mais severas aos índios das reservas, que nem tinham participado das batalhas, a fim de conseguirem a posse das Black Hills. Se os índios não entregassem as montanhas ao governo dos Estados Unidos, suas provisões, armas e cavalos seriam recolhidos pelo exército. As Black Hills, então, foram transferidas ao domínio do Estado. Enquanto isso, grupos do exército continuavam em busca dos “índios hostis”. Cavalo Doido foi capturado e morto em 1877 e Touro Sentado foi para o Canadá fugindo da mira dos soldados.

Monte Rushmore

Na segunda metade do século XIX, a posse pelas Black Hills criou uma disputa entre brancos e índios. Os estados de Wyoming, Nebraska e Dakota do Sul, no norte dos Estados Unidos, foram palco de uma guerra que trouxe danos para os dois lados envolvidos no conflito. No século seguinte, entretanto, uma das montanhas das Black Hills foi transformada num dos mais visitados pontos turísticos do país.

Depois de aprovação no Congresso, um memorial começou a ser erguido numa das montanhas das Black Hills, com financiamento tanto do governo Federal quanto da iniciativa privada. O projeto para a construção do Monte Rushmore, do escultor Gutzon Borglum, foi aprovado em 1927 e só foi concluído em 1941. Segundo o próprio Borglum, o “propósito do memorial [Memorial Nacional do Monte Rushmore] é comunicar a fundação, a expansão, a

⁴ BROWN. **Enterrem meu coração na curva do rio**, p. 217.



preservação e a unificação dos Estados Unidos com estátuas colossais de [George] Washington, [Thomas] Jefferson, [Abraham] Lincoln e Theodore Roosevelt”⁵.

O esforço para a construção do Monte Rushmore, então, era para uma celebração patriótica de “heróis nacionais”. O site oficial do memorial responde à pergunta: por que esses quatro presidentes? Gutzon Borglum disse que, na sua opinião, esses quatro presidentes “representam os eventos mais importantes da história dos Estados Unidos”. George Washington foi, segundo o site do Monte Rushmore, quem levou os colonos para a Revolução Americana para ganhar a independência dos britânicos; Thomas Jefferson foi o principal autor da Declaração de Independência e foi o responsável pela compra do território da Louisiana, em 1803; Theodore Roosevelt foi uma importante liderança quando a América experimentou um rápido crescimento econômico; e Abraham Lincoln manteve o país unido durante a sua mais difícil provação, a Guerra Civil.⁶



Figura 1: View of the sculpture from the Sculptor's Studio area. Credit: NPS Photo. Disponível em: <<https://www.nps.gov/moru/learn/photosmultimedia/photogallery.htm>>.

A foto acima é do acervo do site do Memorial Nacional do Monte Rushmore. É possível reconhecer os rostos dos quatro ex-presidentes estadunidenses, sendo que o busto de George Washington (o primeiro à esquerda) é mais proeminente, pois, segundo Borglum, ele é o mais

⁵ HISTORY & Culture. **National Park Service.**

Disponível em: <www.nps.gov/moru/learn/historyculture/index.htm>. Acesso em: 06 de julho de 2016.

⁶ WHY These Four Presidents? **National Park Service.**

Disponível em: <www.nps.gov/moru/learn/historyculture/why-these-four-presidents.htm>. Acesso em: 06 de julho de 2016.



importante dos presidentes representados na estátua esculpida a 150 metros de altura; mesmo assim, os outros rostos não deixam de ser imponentes e majestosos.

Se um paralelo for traçado entre o século XIX e o século XX, é possível perceber uma tensão em torno da posse da narrativa histórica dos Estados Unidos. O clima belicoso entre tribos indígenas, mineiros e o exército foi ofuscado, décadas mais tarde, por um empreendimento nacionalista no mesmo território que tinha sido palco de batalhas. O Memorial Nacional do Monte Rushmore nos promete a “História Americana viva em pedra”⁷; mas é perceptível que apenas uma versão da história do país está ali representada. Há, portanto, uma tensão, um território de disputa em torno da memória nacional, que privilegia determinados acontecimentos em detrimento de outros. Existe um embate entre a Memória Oficial, que comemora e enaltece acontecimentos como a Revolução Americana e a Guerra Civil, e outras memórias, que disputam espaço com essa memória instituída que se diz homogênea e universal.

A construção do Oeste

Desde a sua independência em 1787, as antigas treze colônias inglesas na América empreenderam um movimento para dentro do continente, para o Oeste, em direção ao Oceano Pacífico.⁸ Era um empreendimento que pressupunha o progresso da nova nação, combinando acordos diplomáticos, comerciais e ações militares durante o processo de anexação dos territórios que aconteceu durante todo o século XIX, desde a compra do território da Louisiana dos franceses, em 1803.⁹

Todo esse processo da marcha para o Oeste era justificado não apenas por explicações políticas e econômicas, mas também por argumentos religiosos e morais. Os estadunidenses entendiam que o espaço que se estendia a Oeste era um presente divino e ocupar esses espaços e disseminar os louros da civilização aos povos “selvagens” além da fronteira era o *destino manifesto* do povo “americano”. O processo de avanço da fronteira em direção ao Pacífico era, então, legitimado pela convicção nesse *destino*.

Baseado em princípios calvinistas de predestinação pela qual Deus escolhe seus eleitos, o *destino manifesto* pode ser definido como uma doutrina que preconiza a superioridade branca – em

⁷ Esse é um slogan que aparece na página inicial do site oficial do Mount Rushmore National Memorial.

⁸ Entretanto, é preciso considerar que a Marcha para o Oeste é menos um movimento interno e mais uma “ação norte-americana voltada para o exterior — isto é, uma intensa atividade no campo das relações internacionais em um período definido como de isolamento”. PECEQUILLO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos longe do mundo: o começo da política externa (1776 a 1898). In: _____. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 55.

⁹ JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: a consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 40-45.



detrimento de índios e hispano-americanos – e o excepcionalismo “americano” para fundamentar a expansão territorial. Assim, “a superioridade americana é amparada por um poder ainda mais alto: a vontade de Deus, a Divina Providência”¹⁰. Há, portanto, um “suposto conhecimento da vontade divina”¹¹. Com essa doutrina:

a expansão territorial era racionalizada e explicada não por interesses materiais, mas pelo dever que os norte-americanos tinham de espalhar e afirmar seu espírito e visão, sintetizados no par democracia/república. Aí, a combinação de cruzada e interesse, também característica de toda a política externa norte-americana, encontrou sua primeira expressão.¹²

Assim a colonização das terras do Oeste adquire esse caráter altruísta e os “americanos” tornam-se líderes naturais do progresso da civilização “afirmando-se possuidores de um preeminente valor social, uma missão excelsa, acreditavam estar predestinados a civilizar qualquer território classificado (por eles mesmos!) como bárbaro e inculto”¹³.

Os estadunidenses, então, entendiam a fronteira mais do que uma simples delimitação geográfica, que podia se mover em direção ao Oeste: a fronteira era também uma linha divisória entre a civilização e o *wilderness*. Segundo Junqueira, o *wilderness* seria todo aquele imenso espaço “vazio” que se estendia a Oeste, no século XIX, que significa sertão, lugar primitivo, selvagem e seria um presente de Deus ao povo do Novo Mundo¹⁴. Há, portanto, uma construção discursiva – feita por intelectuais, como políticos, literatos, historiadores, artistas, etc. – que justifica o tratamento violento dado aos povos indígenas, como descrito na primeira parte deste artigo.

E desnudar essa construção discursiva sobre uma região é a proposta feita por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu artigo *O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Por mais que esse autor trate sobre o campo da história regional, uma perspectiva diferente da adotada para esse trabalho aqui apresentado, é possível se apropriar de algumas reflexões para a análise da construção do Oeste estadunidense.

¹⁰ FERES JR., João. *Latin America* na Linguagem Cotidiana. In: **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 65.

¹¹ FERES JR. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**, p. 65.

¹² PECEQUILO. **A política externa dos Estados Unidos**, p. 57-8.

¹³ JUNQUEIRA. **Estados Unidos**, p. 51.

¹⁴ JUNQUEIRA, Mary Anne. Ao Sul do Rio Grande. In: **Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)**. São Paulo: Departamento de História, USP, 1998, p. 54. *Apud*. PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e identidade Nacional nas Américas. In: **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 187.



Albuquerque Júnior critica trabalhos historiográficos que, muitas vezes, tomam uma determinada região como “um objeto fixo, já dado, um objeto evidente, não-problemático”¹⁵. O espaço para os historiadores tem sido tratado como um dado constituído a priori, atemporal, imóvel. A proposta, ao contrário dessa visão não problematizadora, é considerar as lutas empreendidas para delimitação desses espaços, ou seja, uma elaboração discursiva que justifica uma demarcação de fronteiras. Não se pode, então, tomar o Oeste estadunidense como um espaço já constituído desde todo o tempo, mas compreendê-lo como um arranjo de discursos que criam noções espaciais que “são a base e dirigem projetos políticos, administrativos, culturais, éticos, estéticos que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, lugares, regiões, nações”¹⁶.

Existe um esforço, de um poder específico, em determinar fronteiras e limites e reivindicá-las como sendo “naturais, ancestrais, divinos ou legítimos”¹⁷.

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas.¹⁸

E, mais adiante, o autor completa:

As regiões, como qualquer recorte espacial, qualquer instituição ou construção espacial humana, são produtos de elaborações poéticas, de elaborações que chamaríamos de ficcionais, não no sentido de que não teriam compromisso com a verdade, que seriam mentirosas, mas de que são produtos das operações de dotação de sentido com que os homens procuram dominar o caos das coisas à sua volta.¹⁹

Problematizar o exercício de forjar a delimitação de uma fronteira ou de uma região é ir contra as forças que o fizeram²⁰. Fazer história do regional, para Albuquerque Júnior, “não é afirmar a região; é colocá-la em questão, é suspeitar de sua existência naturalizada”²¹.

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan/jun 2008. p. 56.

¹⁶ _____. **O Objeto em fuga**, p. 57.

¹⁷ _____. **O Objeto em fuga**, p. 58.

¹⁸ _____. **O Objeto em fuga**, p. 58.

¹⁹ _____. **O Objeto em fuga**, p. 62.

²⁰ “A chamada história regional corre o risco permanente de se constituir em instância de veiculação e legitimação de um dado recorte regional, de se tornar um saber a serviço das forças, dos interesses e projetos políticos que deram forma ou que sustentam um dado espaço dito e visto como regional”. Cf.; ALBUQUERQUE JÚNIOR. **O objeto em fuga**, p. 59.

²¹ _____. **O objeto em fuga**, p. 63.



Deste modo, o Oeste anexado pelos estadunidenses ao território da jovem nação é mais do que uma região geográfica, que abriga suas montanhas, desertos e cânions. O Oeste e a sua definição como *wilderness* – sertão, lugar primitivo – são construções culturais, simbólicas, discursivas que são transformadas em práticas e ações. Tomá-lo como um lugar ermo e selvagem, incrustado num território desabitado é alinhar-se ao poder que sustentou tais argumentos, como advertido por Albuquerque Júnior.

No final do século XIX, mais especificamente em 1893, o historiador Frederick Jackson Turner interpretava o Oeste e o avanço da fronteira como um elemento excepcional da história dos Estados Unidos, que permitiu a criação de um novo tipo de democracia, livre dos vícios da Europa. O Oeste era, para Turner, um espaço de regeneração: um espaço selvagem que possibilitaria a renovação da virtude. Enquanto que, para o ex-presidente estadunidense Theodore Roosevelt – o mesmo homenageado no Monte Rushmore –, o Oeste era “uma arena onde raças se enfrentam e vencem as melhores” e “a conquista do Oeste comprova a superioridade saxã na América e a americana no mundo”²². As terras para além da fronteira não seriam mais o lugar da regeneração como na tese de Turner; o Oeste se torna uma terra selvagem, de perigo, aventura e violência.

Tanto Turner quanto Roosevelt criam interpretações sobre o Oeste e sobre a fronteira que explicam o avanço em direção ao Pacífico como algo positivo, justificando toda a violência utilizada no projeto expansionista. Ou seja, o Oeste não é um fato dado, mas um espaço fabricado que, como lembrado por Albuquerque Júnior, transforma-se em pretexto para projetos políticos, administrativos, culturais, etc.

Assim, há um esforço para a determinação de uma interpretação do mundo em detrimento de outras. A delimitação de fronteiras se dá a partir de lutas de interesses. Mas a versão que se afirma como legítima esconde, atrás de si, uma série de contradições, memórias.

Conhecendo os conflitos étnicos ocorridos no Oeste estadunidense no fim do século XIX e colocando-os em paralelo com as interpretações feitas por intelectuais sobre o processo de expansão territorial em direção ao Pacífico, percebe-se que há um choque entre duas memórias sobre os acontecimentos: uma construída pela ciência e pelos intelectuais e outra periférica, circulando por outros espaços que não os da academia.

²² As discussões sobre Turner e Roosevelt estão em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt. In: _____. **Americanos:** representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2000.



Memórias conflituosas

No artigo *História, memória e ficção: que fronteiras?*, Sérgio Campos de Matos reflete sobre a relação entre história e memória a partir de três diferentes autores. Tanto para Maurice Halbwachs quanto para Pierre Nora e Jacques Le Goff, há uma distinção clara entre a memória histórica e a memória coletiva.

Halbwachs considera que as memórias coletivas “abarcariam num sentido muito amplo o que resta do passado na experiência vivida das comunidades humanas, comunidades urbanas ou rurais, grupos étnicos, profissões, etc”. Já a memória histórica “seria o produto de uma tradição historiográfica construída pelos historiadores fora do tempo vivido”²³. Nora, por sua vez, pensa que a memória coletiva é “globalizante e sem fronteira”, “fluida”, enquanto a memória histórica seria “analítica e crítica”, “precisa e distinta”²⁴. Já Le Goff definiu uma fronteira rígida entre as duas histórias: a memória coletiva seria “essencialmente mítica, deformada, anacrônica” e a dos historiadores deveria “esclarecer” ou “rectificar” a primeira.²⁵

Entretanto, mais do que uma diferenciação entre as duas memórias, é preciso reconhecer uma relação íntima entre as duas: uma relação nem sempre amistosa, constituída de aproximações e afastamentos.

Como dito parágrafos acima, o Oeste estadunidense foi interpretado de maneiras distintas não apenas como um espaço, mas também como um movimento. Intelectuais, como Turner e Roosevelt, enfatizam o lado positivo do avanço sobre o Oeste, segundo seus pontos de vista: o avanço da civilização, a disseminação da democracia, a regeneração do “americano”. E para a efetividade de sua argumentação, desconsideram os aspectos negativos da marcha para o Oeste, como contado por Dee Brown: a dizimação de tribos indígenas, a morte de animais, como búfalos, que serviam para a caça, a devastação da natureza. Ou seja, mesmo que os trabalhos dos historiadores (e de outros cientistas) sejam construídos a partir de métodos científicos, sejam analíticos e aparentemente imparciais, é preciso considerar que eles ainda assim expõem pontos de vista de seu lugar de fala, como já escrevia Michel de Certeau.²⁶ Por outro lado, é preciso levar

²³ MATOS, Sérgio Campos. História, memória e ficção: que fronteiras? **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 17, abril. 2015. p. 416. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/718>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

²⁴ NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: _____. **Les lieux de la mémoire**. V. I. Paris: Gallimard, 1984, p. XXII. *Apud.* MATOS. **História, memória e ficção**, p. 416.

²⁵ LE GOFF, Jacques. **História**. In: _____. Enciclopédia Einaudi. V. I: Memória-História. Lisboa: INCM, 1984. *Apud.* MATOS. **História, memória e ficção**, p. 416.

²⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.



em conta que as narrativas e memórias negligenciadas na construção do discurso histórico, como as levantadas em *Enterrem meu coração na curva do rio*, também são constructos organizados a partir de enquadramentos e silenciamentos, mas isso será tratado logo mais adiante.

Retornando à memória histórica: ela não deve ser encarada como uma confirmação ou um esclarecimento das memórias coletivas, como dito por Chartier, mas também como uma construção discursiva alinhada a um poder com interesses específicos, como já tratado por Albuquerque Júnior.

Mesmo com essa discordância ao posicionamento de Chartier, é coerente considerar sua afirmação de que a “história passou a ser muito mais exposta à pressão das memórias colectivas”²⁷. Dito isto, o livro *Enterrem meu coração na curva do rio*, do Dee Brown, aparece, em 1970, como um questionamento à memória histórica: memória essa que se alinha àquela que se diz Oficial. E, aqui, é necessário retornar à conclusão da primeira parte deste artigo que afirma existir uma disputa em torno da memória nacional. Mesmo que o livro de Brown seja escrito numa linguagem literária, com falas e diálogos precisos, o que levaria o leitor a desconfiar da sua “veracidade”, é razoável considerá-lo como um interlocutor de memórias negligenciadas pela Memória Oficial: é aceitável imaginá-lo como uma voz que emerge de memórias subterrâneas, que, como já falado, disputam espaço com essa memória instituída que se diz universal.

Michael Pollak é quem reflete sobre a oposição entre memória oficial e memórias subterrâneas. Para isso, Pollak começa o seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* citando, assim como Matos, o sociólogo Halbwachs. Esse sociólogo da escola durkheimiana não vê a memória coletiva como uma imposição ou violência simbólica; pelo contrário, acredita que há uma adesão afetiva das memórias individuais às memórias coletivas²⁸; Halbwachs acredita, portanto, que há um processo de “negociação” – o que pressupõe trocas mútuas, conciliação – entre memória coletiva e memórias individuais.

Entretanto, os trabalhos mais atuais sobre o tema interessam-se “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias”²⁹. Então, a partir da análise dos excluídos e das minorias, esses trabalhos ressaltam a existência de memória

²⁷ LE GOFF. **História**, p. 44. *Apud.* MATOS. **História, memória e ficção**, p. 416.

²⁸ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3.

²⁹ POLLAK. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 4.



subterrâneas que se opõem à Memória Oficial. Essa perspectiva, ao contrário de Halbwachs, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”³⁰.

Tratando de três casos específicos – na Rússia, na Alemanha e na Alsácia-Lorena –, Pollak vai mostrando como memórias subterrâneas podem, em momentos de crise, entrar em confronto com a memória nacional. São memórias ora proibidas ora indizíveis ou vergonhosas que podem permanecer submersas durante dezenas de anos ou até mesmo séculos.³¹ “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” e aguardam a ocasião correta para invadir o espaço público “e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação”³². Um movimento que se opõe à uma memória enquadrada.

Para Pollak, o termo memória enquadrada, de Henry Rousso, é mais específico que memória coletiva.³³ É adequado, então, segundo o autor, pensar em questão de enquadramento da memória e de trabalho de enquadramento, coerente às propostas recentes que tem por objetivo perceber os sujeitos que participam do processo de constituição de memórias e seus interesses.

Referindo a um passado comum, com a intenção de fortalecer o sentimento de pertencimento de um grupo, o trabalho de enquadramento de memória, segundo Pollak, é capaz de fazer inúmeras combinações com diferentes elementos; “esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”³⁴. Percebe-se, então, que a memória está longe de ser um elemento imutável; é um ingrediente em permanente transformação, reinterpretação.

Assim como o cineasta ou o fotógrafo fazem seus enquadramentos, escolhem o melhor ângulo para uma tomada, privilegiam um elemento de cena em detrimento de outro para contar uma história ou reforçar um ponto de vista, profissionais também se esforçam para um trabalho de enquadramento, recorte, escolha, seleção da memória. Os rastros desses enquadramentos são, além dos “discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens”, os objetos materiais, como monumentos, museus, bibliotecas³⁵: “a memória é assim guardada e

³⁰ POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 4.

³¹ _____. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 8.

³² _____. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 8-9.

³³ _____. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 9.

³⁴ _____. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 10.

³⁵ _____. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 10-1.



solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos”³⁶.

Percebe-se, portanto, que há um esforço institucionalizado em enquadrar memórias que tem objetivos precisos como o já citado desejo de reforçar o sentimento de pertencimento, assim como “manter a coesão interna” dos grupos e “defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”³⁷. Um esforço que, assim como o do cineasta ou do fotógrafo, é obrigado a excluir determinados elementos de cena para a construção de um argumento coerente. Mas os grupos dominantes, beneficiados pela dita Memória Oficial, tem apenas um aparente controle sobre a memória, pois o que ficou fora do enquadramento teima em aparecer diante das lentes das câmeras, ou melhor, no meio do espaço público. Por sua vez, a demora para a manifestação pública dessas memórias periféricas pode contribuir, segundo Pollak, para “reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência”³⁸.

A partir das reflexões feitas até aqui, é possível organizar e levantar hipóteses sobre o processo de enquadramento de memória nos Estados Unidos.

Grupos diversos fazem usos do passado, apropriam-se dele e o moldam da maneira mais conveniente. Não é apenas um interesse do Estado em forjar interpretações sobre o passado, mas também de grupos menores, de comunidades, de movimentos sociais, de partidos políticos, etc., com a intenção de justificarem suas ações no presente. Nos Estados Unidos, houve (e ainda há), assim como em todas as outras nações, um esforço de construção de uma identidade nacional que faz referência a um passado e a uma memória comum, mas, nesse processo de delimitação da memória conveniente, ou seja, de enquadramento da memória, muitas outras versões do passado foram negligenciadas.

Interpretações sobre o passado do Oeste estadunidense foram feitas levando em conta os aspectos positivos do avanço da fronteira, esquecendo-se de elementos trágicos desse processo. Essa tensão entre a memória Oficial, forjada com o auxílio da ciência, e as memórias periféricas é perceptível quando se observa a região das Black Hills, na Dakota do Sul. Se na década de 1920, ela é cenário de uma celebração de heróis nacionais brancos, na década de 1870, ela foi a causa de

³⁶ POLLACK. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 11

³⁷ _____. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 10

³⁸ _____. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 10.



batalhas sangrentas que trouxeram perdas para os brancos e para os povos indígenas da região. Há, portanto, uma versão vitoriosa sobre o Oeste estadunidense. O Monte Rushmore esculpido numa das montanhas das Black Hills mostra quem ganhou essa disputa de memória.

Entretanto, há apenas um aparente silenciamento do lado mais “fraco” da batalha. Como lembrado por Pollak, a permanência por anos de um passado mudo “é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”³⁹. Se uma versão positiva sobre o avanço sobre o Oeste estava sendo enaltecida, outra continuava percorrendo estradas mais tempestuosas através da história oral e os índios, posteriormente, conseguiram desestruturar os arranjos da memória oficial.

No momento da Guerra Fria, da perseguição contra os comunistas e da Guerra do Vietnã, movimentos, como os *beats*, os *hippies*, os *gays*, os negros e as feministas tomam conta dos Estados Unidos e passam a contestar o *American way of life*.⁴⁰ Os índios, por sua vez, nesse momento de crise da identidade nacional “americana” (e, conseqüentemente, da revisão do passado comum), organizam-se no *American Indian Movement* que, formalmente, existe desde 1968 — mesmo ano da promulgação do *Indian Civil Rights Act*⁴¹ —, mas que “existe há 500 anos sem um nome”⁴².

Wittstock e Salinas, que em 1998 escrevem um histórico do *American Indian Movement* – AIM, dizem que até aquele momento o movimento tinha empreendido ações bem-sucedidas “contra o governo federal” para a proteção dos direitos das “Nações Nativas”, garantidos nos tratados e nas leis dos Estados Unidos.⁴³ O movimento mostra-se consciente de todos esses tratados quando, em 1972, envia uma comissão até Washington e apresenta uma série de alegações no formato de um manifesto chamado de *A trilha dos tratados quebrados*. Esse manifesto, disponível no site do AIM, apresenta vinte pontos para a definição de um novo relacionamento entre os nativos e o governo, para a renovação de contratos e a reconstrução de comunidades

³⁹ POLLAK. **Memória, esquecimento, silêncio**, p. 14

⁴⁰ FERREIRA, Neliane Maria. Paz e Amor na Era de Aquário: a Contracultura nos Estados Unidos. **Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 33, ano 18, 2005. p. 68

⁴¹ Lei dos Direitos Cívicos Indígenas.

⁴² WITTSTOCK, Laura Waterman; SALINAS, Elaine J. **A Brief History of the American Indian Movement**. Disponível em: <<http://www.aimovement.org/ggc/history.html>>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

⁴³ WITTSTOCK; SALINAS. **A Brief History of the American Indian Movement**.



indígenas. Um desses pontos diz respeito especificamente à restauração de 110 milhões de acres tomados das nações nativas pelos Estados Unidos.⁴⁴

A construção de um monumento em homenagem aos nativos americanos na região das Black Hills também mostra a emersão de memórias subterrâneas. Em 1948, o escultor Korczak Ziolkowski foi convidado pelo índio sioux Oglala Henry Standing Bear (Urso Sentado) para a construção de um monumento em homenagem a Cavalo Doido, o guerreiro que lutou na Batalha de Little Bighorn e foi oposição forte contra a tentativa do governo estadunidense em comprar as Black Hills, como já contado no início deste artigo. Cinco sobreviventes da Batalha de Little Bighorn estavam presentes na primeira explosão nas montanhas para dar início à construção da estátua⁴⁵. O *Crazy Horse Memorial* foi então construído a 25 km do Monte Rushmore. Na imagem abaixo, é possível visualizar a montanha esculpida com o rosto do Cavalo Doido. Segundo o site, o Memorial Cavalo Doido tem, para si, a missão de “proteger e preservar a cultura, a tradição e a herança viva dos índios norte-americanos”⁴⁶. Um caminho oposto ao da proposta do Memorial Nacional do Monte Rushmore.



Figura 2: Crazy Horse Memorial. Disponível em: <<https://www.visitrapidcity.com/parks-monuments/crazy-horse-memorial>>.

⁴⁴ TRAIL of Broken Treaties. **American Indian Movement**. Disponível em: <<http://www.aimovement.org/ggc/trailofbrokentreaties.html>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2017.

⁴⁵ CRAZY Horse Memorial Quick Facts. **Crazy Horse Memorial**. Disponível em: <<https://crazyhorsememorial.org/faq-main.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

⁴⁶ MISSION & Purpose. **Crazy Horse Memorial**. Disponível em: <<https://crazyhorsememorial.org/mission-purpose.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.



E, em 1970, Dee Brown publica o *Enterrem meu coração na curva do rio*, questionando a memória nacional sobre o Oeste estadunidense:

Dee Brown, nesta sua obra que veio na hora certa, quando a consciência do povo norte-americano estava sendo incomodada pela guerra vietnamita e pela questão racial, conseguiu mostrar, em primeiro lugar, a grande tragédia do índio, uma minoria incômoda para a expressão desenvolvimentista de uma nação em progresso, que precisava de terras para ampliar seu território, para fazer estradas e colonizar o interior.⁴⁷

A institucionalização do *American Indian Movement*, a reivindicação de milhões de acres de terras no manifesto *A trilha dos tratados quebrados*, a construção do *Crazy Horse Memorial* no território que foi disputado pelos povos indígenas e os depoimentos levantados em *Enterrem meu coração na curva do rio* mostram que, assim como o discurso hegemônico quer se apropriar do passado, a memória compartilhada pelos indígenas também faz enquadramentos, seleções do passado; o resgate de determinados episódios da história pelos indígenas mostra que, assim como a Memória Oficial, as memórias periféricas também são parciais e colocam em relevo o seu ponto de vista sobre a realidade. A emergência dessas memórias na segunda metade do século XX faz ver o posicionamento dos povos indígenas nos jogos de poder, nas disputas pela memória nacional. E, assim, eles se apropriam de sua história e de seu território, indo na direção oposta ao que é defendido nos textos de Turner e Roosevelt. Eles acabam por circunscrever sua visão do passado na narrativa homogeneizante da Memória Oficial. Não quero com isso diminuir o caráter opressor do processo de forjamento da memória nacional, mas sim considerar o protagonismo indígena em torno da posse da narrativa histórica dos Estados Unidos.

O passado é colocado no palco principal e questionado, reinterpretado, destrinchado. É possível perceber, enfim, que as memórias são campos de disputas constantes, de interesses diversos. Há um esforço de forjar uma memória Oficial aparentemente universal, que reforce o sentimento de pertencimento de um grupo, mas memórias negligenciadas, periféricas, subterrâneas, podem, em momentos de crise, desestruturar a memória institucionalizada, obrigando-a a se reinventar. E a intenção aqui não é pensar essa memória Oficial readaptada como a superação de uma versão anterior, mas sim como uma vitória ou uma derrota de um embate que não acabou.

⁴⁷ FERRAZ, Geraldo Galvão. Apresentação. In: BROWN. **Enterrem meu coração na curva do rio**, p. 10.